

## O PLANO AGACHE E O RIO DE JANEIRO: PROPOSTAS PARA UMA CIDADE JARDIM-DESIGUAL

THE AGACHE PLAN AND THE RIO DE JANEIRO:  
PROPOSALS FOR A UNEQUAL GARDEN CITY

**José Teles Mendes\***

**Cite este artigo:** MENDES, José Teles. O Plano Agache: Propostas para uma Cidade-Jardim Desigual. Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.116-127, Dezembro. 2012. Semestral. Disponível em: <[www.habitus.ifcs.ufrj.br](http://www.habitus.ifcs.ufrj.br)>. Acesso em: 30 de Dezembro. 2012.

**Resumo:** O texto que se segue visa analisar algumas propostas mais gerais do Plano Agache para a cidade do Rio de Janeiro no que diz respeito à distribuição socioespacial de sua população, bem como traçar um rápido perfil da atuação do arquiteto francês no país. Por fim, são feitas algumas comparações entre o projeto de Agache e o modelo urbanístico da cidade-jardim. A fonte por excelência do estudo é o projeto do urbanista. Soma-se a isso a leitura de diversas análises acerca do contexto histórico da época na capital carioca e do plano em si, além de contribuições mais teóricas sobre o conceito de cidade-jardim.

**Abstract:** The following paper aims to analyze some general proposals made by the Agache Plan for the city of Rio de Janeiro regarding its population social distribution according to geographical areas. At the same time, the article draws a quick profile of the French architect's work in the country. Finally, some comparisons are made between Agache's project and the urban model of the Garden City . The main source of data used is the plan itself. In addition, we have included information gathered through the reading of several reviews about that historical context in Rio and about the project, as well as theoretical contributions on the concept of Garden City.

**Palavras-chave:** Plano Agache, Rio de Janeiro, segregação socioespacial, favela, subúrbio.

**Keywords:** Agache Plan, Rio de Janeiro, social inequality, favela, periphery

### 1. Introdução

**A**té 1930, a cidade do Rio de Janeiro, então capital da República e maior metrópole do Brasil, carecia de qualquer tentativa mais elaborada de projeção de um plano urbanístico geral que servisse como guia para o seu crescimento posterior. A

demanda por um projeto desse tipo começou a tornar-se mais evidente quando, conforme nos conta Abreu (2008, p. 72), as contradições do desenvolvimento urbano carioca acentuaram-se. De um lado temos uma Zona Sul em construção que, cada vez mais, assume a forma de região de habitação por excelência das classes médias e altas da cidade; no outro extremo, um subúrbio, principalmente em torno das linhas de trem da Central e da Leopoldina, carente de serviços públicos básicos e sendo ocupado por populações de baixa renda. Esta parte da cidade sofreria com uma total ausência do Estado, mais preocupado com as regiões centrais e ao sul da urbe.

Para complementar a hipótese de Abreu, temos a proposição de Rezende (2002, p. 260). Para esta autora:

O plano [Agache] responde à necessidade de adequar a cidade à existência de um setor industrial, que se tornara realidade a partir da Primeira Guerra Mundial e reclamava por infraestrutura, além de prever obras de remodelação em resposta às expectativas de uma burguesia urbana inspiradas em um modelo europeu de cidade.

Em sua formulação, são levantadas novas variáveis para tentar explicar a decisão política de contratar-se um especialista para a criação de um Plano Diretor para a cidade. Em primeiro lugar, a autora dá ênfase ao aspecto da modernização econômica: a industrialização criaria uma maior demanda por planejamento, visando a uma reprodução mais eficiente do capital. Em segundo lugar, enfatiza uma espécie de desejo das classes abastadas cariocas por uma remodelação da urbe nos moldes europeus ou, mais especificamente, parisienses.

Ambas as opções me parecem razoáveis. Ao final deste texto, acredito que não haverá dúvida de que o Plano Agache operava um verdadeiro reforço dos processos de expansão industrial então em vigor no Rio de Janeiro, a despeito de redirecioná-la em direção à Baixada Fluminense (OLIVEIRA, 2009, p. 58-59). Por outro lado, as propostas de embelezamento de Agache e as suas próprias condições de arquiteto e de francês levam a crer que sua escolha foi, sim, baseada em um desejo de remodelamento *à la Paris*.

Além disso, Pereira (1996, p. 364) defende que a Reforma Passos, levada a cabo entre 1902 e 1906, já teria nascido desatualizada. “(...) o novo Rio de Janeiro, que havia surgido da prancheta dos engenheiros à época, nascera, por assim dizer, *velho, obsoleto*”. Tratava-se da construção “atrasada” de um Rio *à la belle-époque*. Ao mesmo tempo, nos Estados Unidos e notavelmente na Europa, começava a ganhar força uma nova forma de abordar a questão urbana, relacionada à engenharia e à arquitetura, mas constituindo uma disciplina à parte: surgia o urbanismo. A França era um dos palcos centrais desses debates. A figura de Alfred Donat Agache, por sua vez, estava diretamente envolvida neles, sendo, sem dúvida, um expositor desse novo campo do conhecimento que então se solidificava.

Sua escolha, portanto, não foi aleatória. Não deve se pensar, contudo, que se tratava de uma opção óbvia ou natural. Houve uma série de embates políticos até a seleção de Agache. Neste estudo, me proponho a mapear tais debates, identificando os atores envolvidos mais centrais. Isso completará a primeira parte do *paper*, iniciada por uma exposição mais detida do

contexto histórico imediatamente anterior à confecção do Plano. Em seguida, me dedicarei a resumir as atividades do arquiteto francês no país até a conclusão de seu trabalho em 1930. Finalmente, realizarei uma discussão de suas ideias mais gerais sobre a prática do urbanismo, o seu diagnóstico sobre a cidade do Rio de Janeiro e algumas de suas proposições principais, além das bases teóricas nas quais estão pautadas.

O objetivo primeiro de tal exposição é identificar as proposições do Plano Agache para a distribuição socioespacial da cidade do Rio de Janeiro, observando em que medida elas estavam de acordo com os processos de segregação vigentes, radicalizando-os, ou se opunham a eles, propondo soluções alternativas para as questões urbanas enfrentadas pelos cariocas nas primeiras três décadas do século XX. Nesse sentido, identificar, no plano, a localização proposta para os bairros operários, industriais e residenciais é importantíssimo.

Como desdobramento teórico de tal empreitada, espero deixar evidente algumas peculiaridades dessa apropriação de modelos urbanísticos europeus por parte de realidades distintas cujos desenvolvimentos na contemporaneidade se deram de maneira muito excludente, como é o caso brasileiro e, mais especificamente, carioca. Em meu texto, isso se daria por meio do estudo da confecção do Plano Agache que é, como defenderei, influenciado pelo modelo da cidade-jardim (OTTONI, 1996), sendo, ao mesmo tempo, voltado a uma realidade completamente diferente da europeia.

## **2. O urbanista e o Rio: um breve olhar sobre a conjuntura urbana carioca anterior ao Plano Agache e sobre as disputas em torno do projeto**

A administração Carlos Sampaio [1918-1922] teve como objetivo principal preparar o Rio para as comemorações do 1º Centenário da Independência do Brasil. Neste sentido, era preciso lutar contra o tempo para que a cidade pudesse acolher o grande número de turistas, personalidades nacionais e estrangeiras que a ela acorriam para participar dos festejos (...) (ABREU, 2008, p. 76).

É assim que Abreu descreve, de forma resumida, a prefeitura de Carlos Sampaio. Tratava-se de preparar a cidade para um momento de exposição nacional e internacional muito forte, onde ela apareceria para o restante do Brasil e do mundo de forma intensa. Nesse sentido, era crucial abrir espaços no antigo Centro, não somente em nome da higiene e da boa circulação do ar, mas também para acomodar os turistas. E é justamente nesse momento que inicia-se o processo de derrubada do Morro do Castelo e de destruição do Bairro da Misericórdia, regiões ocupadas por populações de baixa renda. Mais uma vez, aproveita-se uma situação política favorável – a proximidade das comemorações – para emplacar um projeto de afastamento de pobres das partes centrais da cidade. Isso viria se repetir, não de forma muito rara, nas administrações posteriores. A demolição do morro, contudo, viria a ser terminada somente em outra administração.

Nas palavras de Abreu (2008, p. 78), “o período Carlos Sampaio nada mais é do que uma outra etapa do processo de depuração da área nobre da cidade de usos e populações não desejadas”. Isso se verificou não somente no Centro, mas também na Zona Sul carioca. Carlos Sampaio teve um papel crucial no sentido de avançar na construção da atual área nobre da cidade, contribuindo fortemente para a incorporação das regiões da Lagoa e da Gávea no bloco já formado por Glória, Catete, Flamengo, Botafogo e Copacabana. O que existia até então na região era um número muito grande de favelas e conjuntos habitacionais proletários, quase todos construídos de forma irregular. Existia um aglomerado deles às margens da Lagoa. Estes foram completamente destruídos para dar lugar à Av. Epitácio Pessoa, cuja construção foi efetivada por Sampaio. A Av. Maracanã e a Av. Portugal, além de uma reconstrução da Atlântica e de um alargamento da Niemeyer foram também efetivados por tal prefeito, muito preocupado em construir esse novo vetor de expansão das classes médias e altas cariocas (ABREU, 2008, p. 76-79).

No que diz respeito ao Plano Agache, a administração de Sampaio foi a primeira a levantar a necessidade urgente de elaborar-se um Plano Diretor para a cidade. Entretanto, nesse primeiro momento, a discussão ficou muito mais concentrada nas instituições de classe de arquitetos e engenheiros, como o Clube de Engenharia e o Instituto Central de Arquitetura (ICA). Ademais, devido às acusações de corrupção nas diversas obras realizadas, Sampaio não teve o capital político necessário para avançar mais nas discussões em torno da criação do Plano (SILVA, 1996, p. 398-399). Tudo isso, todavia, não muda o fato de que foi em seu governo que, pela primeira vez, tal interesse surgiu.

Ele seria continuado de forma muito mais decidida na gestão Alaor Prata (1922-1926). Por um lado, tal prefeito não teve a mesma atuação de seu antecessor, realizando muito poucas obras públicas na cidade; por outro, continuou e intensificou as empreitadas de Sampaio, principalmente no que diz respeito à fomentação do debate em torno da confecção de um Plano Diretor. Um grupo diretamente responsável por tal questão foi criado, chamado de Nova Comissão da Carta Cadastral. Com ele, nasceu o consenso, dentro das áreas técnicas de engenheiros e arquitetos, de que era necessário um projeto de remodelamento para a cidade. É de tal comissão que surge, também, uma outra encarregada diretamente de discutir tal reestruturação da cidade. Com a posterior incorporação de outros setores da sociedade no debate, como o *Rotary Club*[1], a questão tomaria outra dimensão (SILVA, 1996, p. 400-401).

Em 1925, as discussões passam a ter lugar nos jornais cariocas e as classes dominantes, principalmente a partir do *Rotary Club*, entram diretamente nos debates. Os engenheiros e arquitetos se polarizam disputando que tipo de profissional deveria ser encarregado da elaboração do projeto. Ao mesmo tempo, outros embates, como aquele em torno da nacionalidade do profissional – deveria ele ser brasileiro ou estrangeiro? – ganham notoriedade.

É nesse contexto que assume Prado Júnior (1926-1930), responsável pela contratação do francês Alfred Agache. Em janeiro de 1927, ele é convidado pelo prefeito para vir ao país. Inicialmente, seria somente para fazer algumas palestras sobre urbanismo. Terminadas essas

palestras, porém, o arquiteto viaja para Recife. E é nesse momento que, como já era esperado pela imprensa carioca, Prado Júnior entra com um pedido de financiamento para a confecção do Plano à Câmara Municipal. Pedido este que, em novembro, é finalmente aprovado. O urbanista, então, retorna para a capital da República e inicia seus trabalhos, montando sua equipe, que contava com diversos arquitetos e engenheiros, dentre estrangeiros e nacionais.

Seu trabalho, considerado muito caro por diversos setores da sociedade carioca, foi cercado de polêmicas. Primeiramente, houve a acusação de plágio feita pelos arquitetos brasileiros Cortez e Bhruns. Afirmavam que a solução dada por Agache para a ocupação do espaço ocioso da esplanada do Castelo e região do Calabouço havia sido uma verdadeira cópia de seus projetos de 1921. Não confirmada essa acusação, os problemas do arquiteto francês se intensificaram com a crescente pressão da opinião pública em torno da demora e falta de transparência de Agache na confecção do Plano. Os arquitetos do Instituto Central de Arquitetura (ICA), desde o início contrários à contratação de Agache, pois era estrangeiro, passaram a opor-se de forma ainda mais marcante. O legislativo, em 1929, manifesta-se em nota oficial devido à demora na entrega do Plano e à falta de notificações oficiais a seu respeito. Em 1930, o urbanista retorna à França, concluindo seu projeto lá e enviando-o, então, à Prefeitura (SILVA, 1996, p. 405-407).

No entanto, a conclusão do Plano não terminou com os debates a seu respeito. Muito pelo contrário: a administração seguinte criou uma comissão encarregada de verificar a qualidade do projeto. Mesmo aprovado, o Plano de Agache jamais saiu completamente do papel. Algumas de suas obras foram realizadas, mas nada que chegasse próximo ao conjunto daquilo que havia sido proposto. As hipóteses para isso são inúmeras: como ressaltam diversos autores (ABREU, 2008, PEREIRA, 1996, SILVA, 1996) tratava-se de um plano muitíssimo caro com diversas obras vistas como “cenográficas” por parte de setores importantes da sociedade carioca. Abreu resalta ainda a importância da Revolução de 30 para tal rejeição ao Plano, afirmando que, preocupado em destruir tudo aquilo que fosse originário da Primeira República, o governo varguista teria “arquivado” o projeto de Agache (2008, p. 86 e 90).

A despeito de tudo isso, o Plano Agache ainda deixou fortes influências para o urbanismo brasileiro e a prática administrativa carioca. O arquiteto morou no Brasil de 1939 a 1959, quando retornou brevemente à França e faleceu. Aqui, trabalhou no instituto de arquitetura Coimbra Bueno, tendo participação em diversas obras, principalmente no antigo estado do Rio. Em 1941, foi convidado de honra do Primeiro Congresso Brasileiro de Urbanismo, o que deixa claro o seu prestígio dentre as fileiras dessa nascente disciplina em nosso país (SILVA, 1996). Ademais, seu Plano Diretor para o Rio de Janeiro serviu de referência para os planejadores cariocas até finais do século XX. No campo legislativo, o primeiro Código de Obras do Distrito Federal (1937) foi largamente influenciado por suas ideias acerca do zoneamento. Outras proposições foram colocadas em prática, e algumas serviram como base para projetos urbanísticos posteriores. Um destes casos é o da Av. Presidente Vargas, baseada em um eixo leste-oeste de uma grande via projetada por Agache visando à ligação do Centro

com os subúrbios e implementada na gestão Henrique Dodsworth (1937-1945) (PEREIRA, 1996).

Não há dúvidas, portanto, acerca da importância da contribuição de Agache para o debate carioca e brasileiro acerca da questão urbana. O abortamento do Plano não constituiria nenhuma exceção, pois outros Planos Diretores feitos posteriormente também jamais seriam implantados na íntegra (REZENDE, 2002). A seguir, analisarei os principais pontos do projeto, bem como dos pressupostos teóricos que os embasavam. Os dois objetivos centrais dessa segunda parte do texto são identificar as ressonâncias do modelo da cidade-jardim no Rio de Janeiro planejado por Agache e encontrar e analisar as propostas do arquiteto francês para a solução do problema habitacional das classes proletárias e mais pobres da então capital federal, assim como o zoneamento feito por ele para a cidade. Com isso, busco contribuir para a compreensão de propostas alternativas ou paralelas à segregação socioespacial carioca que foi construída ao longo do século XX. Nesse sentido, minha hipótese é a de que Alfred Agache teria formulado uma saída, em alguns aspectos, bastante distinta daquela que o desenvolvimento urbano carioca consagrou – por defender a construção de vilas operárias dotadas de infraestrutura e serviços públicos – e, em outros, muito similar a ela – por efetivar um zoneamento bastante segregador entre as diversas áreas da cidade.

### **3. O Plano Agache: o urbanismo como ciência e prática de intervenção na vida social**

O urbanismo, além de ciência e arte, é, sobretudo uma filosofia social, sendo definido como o conjunto de regras aplicadas ao melhoramento da edificação, do arruamento, da circulação e do descongestionamento das artérias públicas, constituindo-se, portanto, a “remodelação, a extensão e o embelezamento de uma cidade, levados a efeito mediante um estudo metódico da geografia humana e da topografia urbana, sem descurar das soluções financeiras” (AGACHE, 1930, p.1 *apud* OLIVEIRA, 2009, p.30).

O trecho citado nos permite iniciar uma série de reflexões acerca da concepção de Agache sobre o urbanismo e de suas implicações para o Plano por ele escrito para a cidade do Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, deve reiterar-se o seu caráter científico. Para o arquiteto francês, o urbanismo é um campo do conhecimento que caracteriza-se, sobretudo, por um método empírico bem definido. Para entender o ente urbano, é necessário estudá-lo profundamente. Isso deve ser feito a partir do estudo de sua “geografia humana e da topografia urbana” e, também, de sua história. O aspecto artístico não é ignorado, tendo a busca da beleza lugar central no trabalho de Agache. As intervenções urbanas, entretanto, não podem ser concebidas como atividade meramente artística ou poética: um trabalho metódico de levantamento de dados e estudo do lugar em questão, tanto em seus aspectos físicos, quanto naqueles de caráter sociológico, é essencial (BERDOULAY, 2003, OLIVEIRA, 2009, PEREIRA, 1996).

Foi exatamente assim que Agache procedeu no seu plano de remodelamento para o Rio de Janeiro, dedicando toda a primeira parte de seu estudo a uma meticulosa análise das mais

diversas características da antiga capital federal. Começa por sua história, estudando o seu desenvolvimento desde os períodos de sua fundação até meados da década de 20. A topografia da cidade tem atenção central, e percebe Agache a sua peculiaridade devido à grande presença de montanhas. As estatísticas, é claro, são importantíssimas. O arquiteto utilizará largamente os dados do Censo de 1920 no sentido de planejar o zoneamento e a construção das chamadas vilas operárias (OLIVEIRA, 2009).

Com base nesses estudos, é que a ciência do urbano de Alfred Donat Agache pode tomar forma de ação política de intervenção direta no meio social. Compartilhando os pressupostos dominantes no urbanismo da época e muito influenciado pela sociologia, o arquiteto francês acreditava que, por meio das cirurgias a serem executadas na cidade, era possível alterar o funcionamento da vida em sociedade. E era isso que buscava realizar no Rio de Janeiro, organismo urbano que, em sua opinião, padecia de uma grave moléstia de crescimento (BERDOULAY, 2003, OLIVEIRA, 2009). Utilizando diversas metáforas biológicas, o urbanista afirma que é o médico que irá tratar a “Senhorita Carioca”, doente que está devido à ausência de um planejamento eficiente para o crescimento absurdo que vivenciou em finais do século XIX e início do XX. Suas funções vitais, quais sejam, sua respiração, sua circulação e a sua digestão [2] estariam gravemente ameaçadas. O médico, então, “precisa lhe prescrever um regime severo, uma norma de progresso e de disciplina, e dar-lhe com urgência um plano regulador que lhe permita desabrochar favoravelmente” (AGACHE, 1930, p. 20-25 *apud* BERDOULAY, 2003, p. 126).

Como já observamos, a doença da “Senhorita Carioca” se verificaria na maior parte de seus sintomas nos chamados subúrbios. É lá que, devido ao descaso do Estado apontado por Abreu (2008) e percebido também por Agache (OLIVEIRA, 2009, AGACHE, 1930), temos as funções vitais da cidade mais prejudicadas. Nas palavras do arquiteto:

Até a hora atual, os subúrbios operários da Leopoldina e da Central do Brasil desenvolveram-se sem plano de conjunto e a maior parte deles são a justaposição de loteamentos ao acaso de propriedades particulares. Eles se assinalam pela falta de ossatura de vias principais que permitam comunicações fáceis e transportes rápidos para o centro urbano ou os lugares de trabalho, a ausência de jardins, largos ou espaços livres para jogos; afora algumas ruas mais importantes, a maior parte das calçadas não tem revestimento e cada chuva de alguma intensidade as transforma em barrancos; o abastecimento de água é insuficiente e os esgotos, totalmente inexistentes desde que nos afastamos do centro (AGACHE, 1930, p. 188 *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 60).

O autor, então, propõe um plano de melhoramento dessas condições, com a construção de vias rápidas de ligação com o Centro, a criação de um Código de Obras e Construções que estabeleça regras racionais para a expansão da região, obras de saneamento, a construção de parques e áreas verdes para o lazer e melhoria do ar dessas localidades, etc. É bastante enfático na necessidade da ação estatal direta no sentido de evitar a especulação imobiliária e a ocupação do território completamente à mercê da iniciativa privada, pois isso prejudicaria as populações



de menor renda e afetaria a cidade como um todo (OLIVEIRA, 2009). Nesse ponto, portanto, o arquiteto apresenta uma saída alternativa bastante interessante para a crise habitacional na cidade, defendendo a construção de verdadeiras vilas proletárias dotadas de equipamentos públicos e infraestrutura básica, porém, funcional.

Nesse sentido, as propostas de Agache estão em relativo acordo com aquelas de Ebenezer Howard (OTTONI, 1996). O autor clássico inglês também tinha uma preocupação bastante notável com a questão da habitação voltada às camadas mais pobres da população, principalmente os operários. Percebendo as imensas dificuldades enfrentadas por eles nas grandes cidades industriais de finais do século XIX, Howard desenvolve a ideia das cidades-jardins. Seriam verdadeiras urbes basicamente autossuficientes onde os operários gozariam de uma boa qualidade de vida. Teriam acesso a habitações de qualidade a preços módicos, bem diferente da vida insalubre na antiga Londres. Essas cidades não deveriam ultrapassar alguns milhares de habitantes, sendo construídas em uma escala bastante reduzida, inclusive com muitas habitações voltadas para somente uma família.

A grande diferença está que, na verdade, o que Agache projetou para as vilas operárias eram subúrbios-jardins populares, não propriamente cidades-jardins. Compartilhava, no entanto, as preocupações de Howard de fazer construções em escala reduzida, além de notar a importância da presença de grandes áreas verdes, voltadas, principalmente, à melhoria da qualidade do ar e ao lazer de tais populações. Além disso, Ottoni (1996) afirma ainda que Agache havia projetado duas verdadeiras cidades-jardins em seu projeto de 1930 para o Rio: uma na Ilha do Governador, outra em Paquetá.

Entretanto, a despeito de defender uma política de habitação eficiente, o urbanista não altera a lógica essencial da distribuição socioespacial carioca: os bairros suburbanos, reconhecidamente operários, continuariam sendo-o. A política de zoneamento proposta por Agache reserva a esses subúrbios a função essencial de bairros de residência proletária (OLIVEIRA, 2009). Eles ficariam bastante distantes daqueles reservados às elites da cidade, especialmente a Zona Sul. Sua qualidade de vida, embora melhorada com relação ao que existia na época, permaneceria demasiado inferior àquela das regiões de habitantes mais abastados, devido, principalmente, à proximidade maior da Zona Industrial – que seria, aliás, situada na Baixada Fluminense. Logo, nesse sentido, o arquiteto francês opera uma reafirmação de um processo então em andamento na capital federal: a construção de uma segregação socioespacial que se dá no eixo Norte-Sul entre grupos menos favorecidos economicamente frente às classes média e alta.

O zoneamento proposto por Agache, por sua vez, relaciona-se diretamente com uma das facetas da sua concepção de urbanismo. Para ele, a cidade, assim como suas regiões, teriam algumas funções principais. No caso do Rio de Janeiro, elas se concentrariam em dois eixos: um que era político-administrativo, devido à posição da urbe enquanto capital federal; outro que seria muito mais comercial-produtivo, devido à condição da cidade de porto e segundo pólo industrial mais importante do país. A divisão da cidade em zonas e a criação de leis específicas



de desenvolvimento para cada uma delas viria justamente de encontro a essas funções, visando ao melhor desempenho da cidade naqueles que eram seus papéis cruciais no cenário nacional e internacional (BERDOULAY, 2003, OLIVEIRA, 2009).

Há, portanto, uma preocupação central do arquiteto em otimizar as possibilidades de reprodução e expansão do capital na metrópole carioca. O deslocamento das indústrias para a Baixada Fluminense atende diretamente a interesses de diminuição de custos produtivos das indústrias da cidade. Em outro sentido, age de acordo com os projetos das elites dirigentes do Rio de Janeiro, que vinham desde a gestão Pereira Passos (1902-1906) expulsando populações pobres e unidades fabris do Centro e da Zona Sul, respectivamente as zonas comercial e residencial propostas por Agache (ABREU, 2008, OLIVEIRA, 2009, REZENDE, 2002, SILVA, 1996).

No que diz respeito às regiões residenciais “burguesas e abastadas”, definidas como sendo os bairros de Santa Teresa, Grande Tijuca e a atual Zona Sul, o urbanista defende que devem ser criados mecanismos legais de proibição da instalação de novas indústrias na região, além de incentivos à transferência das aí existentes para os subúrbios e a zona industrial a ser instaurada[3]. Seus prédios não poderiam ser muito altos, chegando ao máximo de quatro andares nas ruas principais, enquanto as ruas perpendiculares poderiam ser formadas até mesmo por construções para a habitação de somente uma família (OLIVEIRA, 2009). A preocupação com uma escala reduzida das construções, típica da cidade-jardim de Howard, aparece mais uma vez.

Por fim, é interessante tratar das favelas. Tema de crescente atenção por parte do Estado e da opinião pública carioca, a favelização na capital já havia ganhado alguma força quando Agache traçou seu Plano (ABREU, 2008, SILVA, 2010, VALLADARES, 2005). Não é à toa que o autor trata diretamente delas, definindo-as como um “conjunto de habitações precárias que se desenvolveram nos morros do Rio de Janeiro”. Seu surgimento se daria, principalmente, devido às dificuldades para a ocupação e construção em um lote e à “indiferença manifestada até hoje pelos poderes públicos, relativamente às habitações da população pobre”. Todavia, sua percepção de que a ausência do Estado em termos de política habitacional teria sido o motor central do desenvolvimento desses tipos habitacionais não faz com que o arquiteto tenha uma postura conivente com sua existência: Agache defende a sua “destruição total”. Afirma que “constituem um perigo permanente de incêndio e infecções epidêmicas para todos os bairros através dos quais se infiltram. A sua lepra suja a vizinhança das praias e os bairros mais graciosamente dotados pela natureza (...)” (AGACHE, 1930, p. 189-190 *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 61-62).

As favelas se inserem diretamente na questão da habitação das classes mais humildes da população. Conforme nos conta Oliveira (2009), com o extermínio das favelas, Agache pensava em enviar boa parte de seus habitantes para as vilas operárias que seriam construídas nas regiões suburbanas e na Baixada. Tal ação se insere diretamente na política histórica da prefeitura carioca de “depuração” das zonas centrais e ao sul da cidade das populações menos

favorecidas economicamente (ABREU, 2008). Está, também, plenamente de acordo com seu projeto mais amplo de retirada das unidades fabris das regiões comerciais e residenciais de elite.

Nesse sentido, penso que, caso o projeto de Agache tivesse sido colocado completamente em prática, a segregação socioespacial no Rio de Janeiro se tornaria ainda mais aguda do que a configuração que assumiu ao longo do século XX. As favelas, que representam, em um certo aspecto, verdadeiros subúrbios em meio aos bairros mais elitizados da capital carioca (SILVA, 2010), teriam sido completamente varridas dessas regiões e suas populações seriam deslocadas para locais longínquos, reforçando ainda mais o caráter elitizado das zonas centrais. Somado à percepção já mencionada acerca da faceta extremamente segregadora da política de zoneamento do arquiteto, isso leva a uma interessante conclusão: Agache, muito embora tenha uma preocupação central com a ausência de uma política de habitação bem desenvolvida pelo governo brasileiro, faz um Plano Diretor que age justamente no sentido de intensificar os processos de segregação socioespacial na urbe fluminense. Ao mesmo tempo em que enfatiza constantemente a necessidade de constituição de vilas operárias bem servidas de equipamentos públicos, com transporte eficiente e a baixo custo para o Centro, saneamento básico, bom asfaltamento das ruas, parques e áreas verdes para melhoria da qualidade de vida dessas populações, o urbanista francês monta um projeto de cidade que separa de maneira muitíssimo forte esses grupos sociais menos favorecidos daqueles considerados “burgueses e abastados”. As favelas, única forma de contato geográfico mais próximo entre esses dois segmentos sociais aparentemente tão distantes, simplesmente desapareceriam no Rio de Janeiro dos sonhos de Alfred Agache. Em uma cidade já favorecida pela natureza no sentido de criação de verdadeiras muralhas, graças as suas inúmeras cadeias de montanhas, esse acontecimento representaria uma rachadura muitíssimo profunda que dividiria, ainda mais, a urbe em duas.

Os locais onde tais comunidades existiam, muito provavelmente, seriam entregues à especulação imobiliária. Isso aconteceria à revelia dos projetos do autor que, pelo seu amor aos *parkways* e áreas verdes, desejaria que se tornassem parques para a diversão das classes “burguesas e abastadas” dos chamados bairros residenciais cariocas. Eis o Rio de Janeiro que Agache imaginou: verdadeira cidade-jardim desigual.

#### 4. Considerações Finais

O Rio de Janeiro de Alfred Donat Agache seria, em alguns aspectos, bastante diferente do atual; em outros, não tanto. Seu Centro estaria completamente distinto, contando com avenidas atualmente inexistentes e uma obra monumental voltada ao mar chamada Porta do Brasil. Com certeza teria muito mais áreas verdes do que possui. A segregação socioespacial, todavia, se manteria. Talvez fosse ainda mais intensa do que a contemporânea.

Diferente das cidades-jardins em “escala humana” (OTTONI, 1996) de Howard, com suas poucas dezenas de milhares de habitantes, a antiga capital federal possuía, àquela época,

uma população em torno dos dois milhões. Hoje em dia, ela está em torno dos seis. A homogeneidade social relativa imaginada pelo pensador clássico inglês não seria alcançada por aqui. A escala reduzida, por mais que se tentasse, não poderia ser mantida. Mesmo nos bairros para as classes “burguesas e abastadas”, o que possuímos hoje são prédios bastante altos, contando com, em alguns casos, dezenas de apartamentos por andar.

Não existiriam favelas. Os subúrbios talvez gozassem de maiores recursos; entretanto, as populações pobres ficariam mais distantes geograficamente e simbolicamente das populações mais ricas. Com o fim da favela, não teríamos mais um subúrbio nas áreas centrais.

Nossa cidade-jardim carioca seria bastante distinta de Letchworth. Maior e mais caótica. Mais Atlântica e menos *countryside*. Mais desigual, com toda certeza. 🌐

## NOTAS

\* Graduando em Ciências Sociais pela Fundação Getúlio Vargas. Realizou essa pesquisa sob orientação do professor Paulo Ribeiro Fontes no projeto “A Construção do Patrimônio Industrial do Rio de Janeiro – Moradia, Trabalho, Lazer e Política: Transformações nos usos, representações e apropriações do espaço urbano carioca”. Atualmente, é bolsista pela FAPERJ. E-mail: josemendes@fgvmail.br

[1] O *Rotary Club* é uma associação internacional de indivíduos sem fins lucrativos cujo objetivo é possibilitar uma atuação social de seus membros visando à promoção do desenvolvimento mundial por meio do apoio a iniciativas de melhoria da saúde e da educação, além do combate a pobreza. Para saber mais, acessar o *website* oficial da instituição: <<http://www.rotary.org/pt/AboutUs/TheRotaryFoundation/Pages/ridefault.aspx>>.

[2] Conforme nos conta Berdoulay (2003), a metáfora da circulação corresponderia ao tráfego de pessoas, bens e serviços na malha urbana; a da respiração à boa circulação do ar; e a da digestão à forma de lidar com os dejetos oriundos das atividades diárias.

[3] É importante lembrar que, até meados do século XX, Gávea, Lagoa e Jardim Botânico eram bairros com uma concentração industrial e operária bastante relevante (ABREU, 2008).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

AGACHE, A. **Cidade do Rio de Janeiro: Extensão – remodelação – embelezamento**. Paris: Foyer Brésilien, 1930.

BERDOULAY, Vincent. Modernimos e espaço público: o Plano Agache do Rio de Janeiro. In: **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano VII, n<sup>os</sup> 11, 12 e 13. Set/out, 2003.

OLIVEIRA, Sonia Maria Queiroz de (org.). **Planos urbanos do Rio de Janeiro: Plano Agache**. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2009.

OTTONI, Dácio A. B.. Cidade-jardim: formação e percurso de umeca idéia. in: HOWARD, Ebenezer. **Cidades-jardim do amanhã**. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 11-94

PEREIRA, Margareth da Silva. Pensando a metrópole moderna: os planos de Agache e Le Corbusier para o Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert. **Cidade, povo e nação – Gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 363-376.

REZENDE, Vera F. Planos e regulação urbanística: a dimensão normativa das intervenções na cidade do Rio de Janeiro. In: **Cidade: Histórias e Desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 257-281.

SILVA, Lúcia. A trajetória de Alfred Donat Agache no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert. **Cidade, povo e nação – Gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 397-410

SILVA, Maria Lais Pereira da. A favela e o subúrbio: associações e dissociações na expansão suburbana da favela. In: OLIVEIRA, Marcio Piñon de; FERNANDES, Nelson da Nóbrega (orgs.). **150 anos de subúrbio carioca**. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, EdUFF, 2010. p. 161-186

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.